

**DISCIPLINA: ALIMENTOS FUNCIONAIS**

**CÓDIGO:** ALM021

**DEPARTAMENTO:** Alimentos

**PRÉ-REQUISITO(S):** não possui.

PERÍODO	TIPO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA		
			Teórica	Prática	Total
--	OP	02	30h	--	30h

**EMENTA**

Organizar conceitos relativos aos alimentos com alegações de propriedades funcionais, de forma a subsidiar uma adequada atuação do profissional em etapas de desenvolvimento, produção, controle de qualidade, regulamentação, dispensação e orientação sobre uso seguro e racional, com foco na promoção da saúde

**PROGRAMA TEÓRICO**

Assunto
Apresentação da disciplina (cronograma, distribuição de notas, referências e sorteio dos temas de trabalho). Introdução ao estudo dos alimentos funcionais
Legislação brasileira sobre alimentos funcionais
Ácidos Graxos e alimentos funcionais
Carotenoides e alimentos funcionais
Compostos bioativos e alimentos funcionais
Compostos bioativos e alimentos funcionais
Compostos bioativos e alimentos funcionais
Fitoesteróis e alimentos funcionais
Fibras e alimentos funcionais
Fibras e alimentos funcionais
Fibras e alimentos funcionais
Probióticos
Suplementos Alimentares

**Para verificar a autenticidade desse documento acesse**  
<http://www.farmacia.ufmg.br/validamenta> utilizando o código: **XDfIO0y1**

## Suplementos Alimentares

**BIBLIOGRAFIA**

BAER-DUBOWSKA, W., BARTOSZEK, A., & MALEJKA-GIGANTI, D. Carcinogenic and anticarcinogenic food components. Boca Raton, FL: Taylor & Francis. 2006.

BIANCO, A. L. A construção das alegações de saúde para alimentos funcionais. Brasília, DF., Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 113 p. (on-line)

BORÉM, A.; COSTA, N.M.B. Biotecnologia e Nutrição: saiba como o DNA pode enriquecer os alimentos. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 2003, 214 p. (biblioteca)

COSTA N.M.B.; ROSA C.O.B. (Org.). Alimentos Funcionais - Componentes bioativos e efeitos fisiológicos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2010, 536 p. (biblioteca)

DE ANGELIS, R.C. Importância de alimentos vegetais na proteção da saúde: Fisiologia da nutrição protetora e preventiva de enfermidades degenerativas. São Paulo: editora Atheneu 2ª ed. 2005. 317 p. (biblioteca)

GOLDBERG, I. Functional foods: designer foods, pharmafoods, nutraceuticals. New York: Chapman & Hall, 1999. 571 p. (biblioteca)

GOMES, J.C. Legislação de Alimentos e Bebidas. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. 635 p. (professor)

HURST, W.J. (ed) Methods of analysis for functional foods and nutraceuticals. Boca Raton: CRC Press, 2002. 400p. (on line)

OLIVEIRA M.N. Tecnologia de Produtos Lácteos Funcionais. 1ª ed. São Paulo: Atheneu. 2009. 404 p. (professor)

PINTO, J.F. Nutracêuticos e Alimentos Funcionais. 1ª ed. Lisboa: Lidel, 2010, 250 p. (professor)

SAAD, S.M.I.; CRUZ, A.G.; FARIA, J.A.F. Probióticos e prebióticos em alimentos: fundamentos e aplicações tecnológicas. 1 ed. São Paulo: Varela, 2011. 672 p. (professor).

Legislação:

**Para verificar a autenticidade desse documento acesse**  
**<http://www.farmacia.ufmg.br/validarementa> utilizando o código: XDfIO0y1**

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Resolução nº 16, de 30 de abril de 1999. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos para Registro de Alimentos e ou Novos Ingredientes. Brasília, 1999a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Resolução nº 17, de 30 de abril de 1999. Aprova o Regulamento Técnico que Estabelece as Diretrizes Básicas para Avaliação de Risco e Segurança dos Alimentos. Brasília, 1999b.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Resolução nº 18, de 30 de abril de 1999. Aprova o Regulamento Técnico que Estabelece as Diretrizes Básicas para Análise e Comprovação de Propriedades Funcionais e ou de Saúde Alegadas em Rotulagem de Alimentos. Brasília, 1999c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 19, de 30 de abril de 1999. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos para Registro de Alimento com Alegação de Propriedades Funcionais e ou de Saúde em sua Rotulagem. Brasília, 1999d.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
- BRASIL, Resolução da diretoria colegiada - RDC Nº 243, de 26 de julho de 2018. Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares. Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada. Edição 144, seção 1, p. 100.
- BRASIL, Instrução normativa - IN Nº 28, de 26 de julho de 2018. Estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares. Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Edição 144, seção 1, p. 141.

Lista de alegações de propriedade funcional aprovadas - Alimentos com Alegações de Propriedades Funcionais e ou de Saúde Atualizado em julho/2016.

Artigos selecionados de periódicos nacionais e internacionais.

**Para verificar a autenticidade desse documento acesse**  
**<http://www.farmacia.ufmg.br/validarementa> utilizando o código: XDfIO0y1**